

Two horizontal bars are positioned above the title: a shorter orange bar on top and a longer pink bar below it.

CONTAS 2017

Two horizontal bars are positioned below the title: a longer orange bar on top and a shorter pink bar below it.

The title 'BALANÇO' is centered on the page. It is framed by four horizontal bars: a short orange bar above, a long pink bar below, a long orange bar below that, and a short pink bar at the bottom right. The word 'BALANÇO' is written in a large, bold, black, sans-serif font.

BALANÇO

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

BALANÇO INDIVIDUAL EM DEZEMBRO / 2017

	NOTAS	Unidade: 2017	Euros 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	15 289 538,90	15 637 637,89
Activos intangíveis	6		
Investimentos financeiros	17.1	14 355,73	9 841,31
		15 303 894,63	15 647 479,20
Activo corrente			
Clientes	17.3	73 238,59	10 452,90
Estado e outros entes públicos	17.10	9 465,13	10 039,68
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	17.2	1 039,67	1 039,67
Outras contas a receber	17.4	926 064,55	549 876,40
Diferimentos	17.5	26 327,75	5 397,08
Outros activos correntes	17.6		2 871,22
Caixa e depósitos bancários	17.7	172 989,67	68 066,01
		1 209 125,36	647 742,96
Total do activo		16 513 019,99	16 295 222,16
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	575 579,75	575 579,75
Resultados transitados	17.8	9 339 877,43	9 183 228,60
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	2 115 257,44	2 140 483,39
Resultado líquido do período		255 994,47	68 784,58
Total dos fundos patrimoniais		12 286 709,09	11 968 076,32
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	2 423 996,44	2 434 592,47
		2 423 996,44	2 434 592,47
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	131 577,37	136 691,92
Adiantamentos de clientes e utentes			270,68
Estado e outros entes públicos	17.10	79 381,41	208 548,83
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	17.2		11 714,66
Financiamentos obtidos	8	397 871,90	458 289,27
Diferimentos	17.5	777 433,70	568 363,76
Outras contas a pagar	17.11	416 050,08	508 674,25
		1 802 314,46	1 892 553,37
Total do passivo		4 226 310,90	4 327 145,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16 513 019,99	16 295 222,16

O Contabilista Certificado

A Direcção

Two horizontal bars, one orange and one pink, are positioned above the title.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Two horizontal bars, one orange and one pink, are positioned below the title.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO / 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade: Euros	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	872 938,30	853 799,53
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2 923 790,41	2 869 333,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(110 746,34)	(127 351,57)
Fornecimentos e serviços externos	17.14	(625 271,64)	(563 773,86)
Gastos com o pessoal	15	(2 384 277,86)	(2 396 095,03)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	17.3 e 17.4	(15 090,57)	(112 766,47)
Provisões (aumentos / reduções)	11		32 250,00
Aumentos / reduções de justo valor	17.6		(1 629,98)
Outros rendimentos e ganhos	17.15	181 153,08	196 565,72
Outros gastos e perdas	17.16	(116 274,33)	(175 359,42)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		726 221,05	574 972,67
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(369 042,92)	(385 447,71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		357 178,13	189 524,96
Juros e gastos similares suportados	17.17	(101 183,66)	(120 740,38)
Resultado antes de impostos		255 994,47	68 784,58
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		255 994,47	68 784,58

O Contabilista Certificado

A Direcção

Two horizontal bars, one orange and one pink, are positioned above the title.

FLUXO DE CAIXA

Two horizontal bars, one orange and one pink, are positioned below the title.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO / 2017

	Notas	Exercícios	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		802 921,03	808 342,76
Pagamentos a fornecedores		(771 162,96)	(572 473,28)
Pagamentos ao pessoal		(1 610 366,64)	(2 429 854,52)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		(1 578 608,57)	(2 193 985,04)
Outros recebimentos/pagamentos		1 860 582,95	2 717 704,26
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</i>		281 974,38	523 719,22
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	(59 109,30)
Investimentos financeiros		-	(562,12)
		-	(59 671,42)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	76 960,00
Juros e rendimentos similares		-	326,43
		-	77 286,43
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>		-	17 615,01
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 355 000,00	45 000,00
		1 355 000,00	45 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 430 867,06)	(467 404,19)
Juros e gastos similares		(101 183,66)	(120 739,10)
		(1 532 050,72)	(588 143,29)
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>		(177 050,72)	(543 143,29)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		104 923,66	(1 809,06)
Caixa e seus equivalentes no início do período		68 066,01	69 875,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.7	172 989,67	68 066,01

O Contabilista Certificado
A Direcção



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM DEZEMBRO / 2017

Unidade: Euros


DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2017	1	575 579,75	9 183 228,60	2 140 483,39	68 784,58	11 968 076,32
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			156 648,83	-25 225,95	-68 784,58	62 638,30
	2		156 648,83	-25 225,95	-68 784,58	62 638,30
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3				255 994,47	255 994,47
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				187 209,89	318 632,77
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras operações	5					
POSIÇÃO NO FIM DE 2017	6=1+2+3+5	575 579,75	9 339 877,43	2 115 257,44	255 994,47	12 286 709,09
O Contabilista Certificado				A Direcção		

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA


DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM DEZEMBRO / 2016

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2016		575 579,75	9 168 869,09	2 242 121,59	14 359,51	12 000 929,94
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			14 359,51	-101 638,20	-14 359,51	-101 638,20
			14 359,51	-101 638,20	-14 359,51	-101 638,20
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO					68 784,58	68 784,58
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				54 425,07	-32 853,62
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
POSIÇÃO NO FIM DE 2016	6=1+2+3+5	575 579,75	9 183 228,60	2 140 483,39	68 784,58	11 968 076,32
O Contabilista Certificado				A Direcção		

Two horizontal bars, one orange and one pink, are positioned above the main title.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2017

Two horizontal bars, one orange and one pink, are positioned below the main title.

Índice

- 1 Identificação da Entidade
- 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras
- 3 Principais Políticas Contabilísticas
 - 3.1 Bases de Apresentação
 - 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração
- 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:
- 5 Ativos Fixos Tangíveis
- 6 Ativos Intangíveis
- 7 Locações
- 8 Custos de Empréstimos Obtidos
- 9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- 10 Rédito
- 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
- 12 Subsídios e Apoios do Governo
- 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio
- 14 Imposto sobre o Rendimento
- 15 Benefícios dos empregados
- 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais
- 17 Outras Informações
 - 17.1 Investimentos Financeiros
 - 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros
 - 17.3 Clientes e Utentes
 - 17.4 Outras contas a receber
 - 17.5 Diferimentos
 - 17.6 Outros Ativos Financeiros
 - 17.7 Caixa e Depósitos Bancários
 - 17.8 Fundos Patrimoniais
 - 17.9 Fornecedores
 - 17.10 Estado e Outros Entes Públicos
 - 17.11 Outras Contas a Pagar
 - 17.12 Outros Passivos Financeiros
 - 17.13 Fornecimentos e serviços externos

Prestação de Contas – ano 2017

17.14	Outros rendimentos e ganhos
17.15	Outros gastos e perdas
17.16	Resultados Financeiros
17.17	Acontecimentos após data de Balanço

1 Identificação da Entidade

A “Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública a 30 de Outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º299 de 23 de Dezembro de 2004, Série III, sito em Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projectos de vida e o pleno exercício da cidadania.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Norma Contabilística e de Realato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015 de 29 de julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou

produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são reflectidas no Balanço no ativo.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) **estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):**

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

3.2.8 Rédito

O rédito é proveniente da venda de bens, prestação de serviços e uso de outros ativos da entidade que produzem juros ou dividendos. O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Quando os serviços prestados são desempenhados por um número indeterminado de atos, durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante esse período. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Instituição a receber o correspondente montante.

3.2.9 Subsídios e outros apoios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.10 Benefícios dos empregados

As contribuições da Instituição para planos de benefícios são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Instituição. São reconhecidas como um passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de um benefício no futuro. Os benefícios dos empregados aqui incluídos são, salários, contribuições para a regimes de protecção social, outros não monetários (cuidados médicos), bem como os

benefícios por cessação de emprego. Os benefícios dos empregados são liquidados por pagamentos, efectuados directamente aos mesmos.

São aqui incluídos empregados que prestam serviço a tempo completo, a tempo parcial ou temporários.

3.2.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.2.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não aplicável.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, evidenciando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras variações, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

2017

	Terrenos Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Ativos								
Saldo Inicial	3 425 021,04	14 438 418,98	1 138 049,84	308 079,36	295 366,78	49 651,23		19 654 587,23
Aquisições							18 924,34	18 924,34
Alienações								
Outras Variações	-0,01	-293 977,36	-460 535,50	-197 038,68	-155 275,20	-21 571,39		-1 128 398,14
Saldo Final	3 425 021,03	14 144 441,62	677 514,34	111 040,68	140 091,58	28 079,84	18 924,34	18 545 113,43
Depreciações Acumuladas								
Saldo Inicial		2 285 427,99	1 079 672,71	308 079,36	295 205,08	48 564,20		4 016 949,34
Depreciações do exercício		341 668,74	25 846,92		196,92	600,00		368 312,58
Alienações								
Outras Variações		-295 731,58	-460 232,61	-197 038,68	-154 575,16	-22 109,36		-1 129 687,39
Saldo Final		2 331 365,15	645 287,02	111 040,68	140 826,84	27 054,84		3 255 574,53
Ativo líquido	3 425 021,03	11 813 076,47	32 227,32		-735,26	1 025,00	18 924,34	15 289 538,90

2016

	Terrenos Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Ativos								
Saldo Inicial	3 426 071,04	14 441 568,98	1 136 327,84	308 079,36	295 366,78	49 051,23		19 656 465,23
Aquisições			1 722,00			600,00		2 322,00
Alienações								
Outras Variações	-1 050,00	-3 150,00						-4 200,00
Saldo Final	3 425 021,04	14 438 418,98	1 138 049,84	308 079,36	295 366,78	49 651,23		19 654 587,23
Depreciações Acumuladas								
Saldo Inicial		1 936 147,17	1 049 403,92	305 992,37	292 456,98	48 026,19		3 632 026,63
Depreciações do exercício		349 805,82	30 268,79	2 086,99	2 748,10	538,01		385 447,71
Alienações								
Outras Variações		-525,00						-525,00
Saldo Final		2 285 427,99	1 079 672,71	308 079,36	295 205,08	48 564,20		4 016 949,34
Ativo líquido	3 425 021,04	12 152 990,99	58 377,13		161,70	1 087,03		15 637 637,89

6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

2017

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativos					
Saldo Inicial		15 257,00			15 257,00
Aquisições		730,34			730,34
Alienações					
Outras Variações					
Saldo Final		15 987,34			15 987,34
		730,34			
Depreciações Acumuladas					
Saldo Inicial		15 257,00			15 257,00
Depreciações do exercício		730,34			730,34
Alienações					
Outras Variações					
Saldo Final		15 987,34			15 987,34
Ativo líquido					

2016

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativos					
Saldo Inicial		15 257,00			15 257,00
Aquisições					
Alienações					
Outras Variações					
Saldo Final		15 257,00			15 257,00
Depreciações Acumuladas					
Saldo Inicial		15 257,00			15 257,00
Depreciações do exercício					
Alienações					
Outras Variações					
Saldo Final		15 257,00			15 257,00
Ativo líquido					

7 Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso a locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A 31 de dezembro de 2017 o plano de reembolso dos empréstimos, perspetivado para o período de 2018 ascende a 397.871,90 euros, conforme quadro seguinte:

	2017		2016	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimo Novo Banco nº 0770027116	60 551,22	1 146 193,92	195 390,46	1 220 790,16
Empréstimo Novo Banco nº 0770049006	0,00		181 764,88	848 243,16
Empréstimo Montepio Geral nº 00361002249	202 815,80	147 613,21	70 498,63	340 742,99
Empréstimo Montepio Geral - Livrança	0,00		10 635,30	24 816,16
Empréstimo BPI nº 5447868830001	134 504,88	1 130 189,31	0,00	
Totais	397 871,90	2 423 996,44	458 289,27	2 434 592,47

9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” apresentava os seguintes valores:

	2017	2016
Existências Iniciais	0,00	0,00
Compras	110 746,34	127 351,57
Regularização de Existências	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	0,00
Custo do Exercício	110 746,34	127 351,57

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2017	2016
Vendas e Prestações de Serviços	853 039,30	833 742,53
Quotas e Jóias	19 899,00	20 057,00
Total	872 938,30	853 799,53

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

A provisão na rubrica “Processos judiciais em curso”, constituída em 2014, teve origem num processo judicial, movido por um prestador de serviços, com dois pedidos indemnizatórios no valor de global de 60.000 euros, os quais foram julgados improcedentes. Neste contexto, a provisão que se encontrava constituída com elevado critério de prudência, no valor de 32.250 euros, foi revertida em 2016 para resultados do período.

Passivos contingentes

Nos passivos contingentes salienta-se o valor de 70.400 euros liquidado pela Autoridade Tributária (AT) relativo ao IMI do CRPCCG. Refira-se que a APCL, sendo uma IPSS, está isenta do pagamento deste imposto. Assim, foi exercido junto da AT o direito de audição que aguarda despacho. É convicção da Direção que esta situação terá um desfecho favorável à APCL. No entanto, por razões de prudência, foi reconhecido no balanço na rubrica de outras contas a pagar o valor de 84.395,01 euros.

Ativos contingentes

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, atual APCL, foi contemplada no testamento da Sr.^a Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, n.º 49 em Elvas. Em ata de reunião, onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, foi decidido que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100.000,00 euros. No entanto, o testamenteiro recusou essa qualidade por ato notarial de 20 de Outubro de 2005, o que significa que cabia aos herdeiros (uma irmã), executar o legado, sendo que não foi possível averiguar o seu paradeiro.

12 Subsídios e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	2017	2016
Subsídios à Exploração	2 830 005,78	2 747 464,35
ISS, IP - Centro Distrital	2 468 087,16	2 436 214,51
IEFP	300 910,46	213 450,33
Autarquias	50 401,28	32 099,89
INR	8 775,68	11 132,62
PCAND	1 831,20	5 402,00
Outros	0,00	49 165,00
Doações e Heranças	93 784,63	121 869,40
Total	2 923 790,41	2 869 333,75

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2016 e 31/12/2017, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 185 (2016: 203). Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	1 931 399,74	1 940 895,48
Compensação rescisão contrato de trabalho	2 420,37	7 357,83
Encargos sobre remunerações	406 709,35	403 707,60
Seguro acidentes de trabalho	32 021,06	34 888,48
Outros gastos com pessoal	11 727,34	9 245,64
Total	2 384 277,86	2 396 095,03

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

	2017	2016
Fundo Reestruturação Sector Solidário	5 630,06	5 630,06
Fundo Compensação trabalho	8 725,67	4 211,25
Total	14 355,73	9 841,31

O montante 14.355,73 euros (2016: 9.841,31 euros) refere-se a retenções efectuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
Ativo		
ISS, IP - Pares	1 039,67	1 039,67
Passivo		
Instituidores	0,00	11 714,66

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2017	2016
Clientes e utentes		
Utentes - Valor bruto	104 947,13	37 130,58
Utentes - Perdas por imparidade	-31 708,54	-26 677,68
Utentes - Valor líquido	73 238,59	10 452,90

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

	2017			2016		
	Valor Bruto	Perda Imparid.	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda Imparid.	Valor Líquido
Outras Contas a receber						
Pessoal	727,05	0,00	727,05			0,00
Devedores p/ acréscimo de rendimentos	0,00	0,00	0,00	8 056,80		8 056,80
Associados / Quotas	171 139,14	137 846,97	33 292,17	49 040,12	48 367,65	672,47
IEFP POPH	856 468,82	0,00	856 468,82	534 581,29		534 581,29
Outros devdores	22 402,74	0,00	22 402,74	108 524,31	108 524,31	0,00
Fornecedores c/c	21 295,61	8 121,84	13 173,77	6 565,84		6 565,84
Utentes - Valor líquido	1 072 033,36	145 968,81	926 064,55	706 768,36	156 891,96	549 876,40

Foi reforçado o valor das perdas por imparidades relativamente a quotas a receber referentes ao ano de 2015 no montante 15.090,57 euros. No ano de 2016 tinham sido reforçadas as perdas por imparidades relativas a Outros créditos a Receber no montante de 95.244,30 euros.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	2017	2016
Ativo		
Gastos a reconhecer	26 327,75	5 397,08
Passivo		
Rendimentos a reconhecer	777 433,70	568 363,76

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2016, investimentos nas seguintes entidades:

	2017	2016
Fundo de participação CEMG	0,00	2 871,22
Total	0,00	2 871,22

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

	2017	2016
Caixa	3 231,67	2 936,61
Depósitos à ordem	165 107,32	60 478,72
Depósitos a prazo	4 650,68	4 650,68
Total	172 989,67	68 066,01

17.8 Fundos Patrimoniais

No período de 2017 ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais:

	Saldo Inicial	Aplicação de Resultado Líquido	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	9 183 228,60	68 784,58	87 864,25		9 339 877,43
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 140 483,39		69 587,25	94 813,20	2 115 257,44
Resultado líquido do período	68 784,58	-68 784,58	255 994,47		255 994,47
Total	11 968 076,32	0,00	413 445,97	94 813,20	12 286 709,09

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	2017	2016
Fornecedores c/c	131 577,37	157 612,74
Perda por imparidade acumulada	0,00	-20 920,82
Total	131 577,37	136 691,92

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	2017	2016
Ativo		
Imposto S/ Rendimento - retenções	62,83	0,00
Imposto S/ Rendim. Pessoas Singulares (IRS)	3 102,42	0,00
Imposto S/ Valor Acrescentado (IVA)	6 299,88	10 039,68
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
Total	9 465,13	10 039,68
Passivo		
Imposto S/ Rendim. Pessoas Singulares (IRS)	13 010,62	11 376,37
Imposto S/ Valor Acrescentado (IVA)	0,00	
Segurança Social	64 970,39	195 482,72
Outros impostos e taxas	1 400,40	1 689,74
Total	79 381,41	208 548,83

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” desdobra-se da seguinte forma:

	2017	2016
Outras Contas a Pagar		
Pessoal	1 210,97	9 941,33
Fornecedores de investimentos	0,00	10 337,92
Credores por acréscimos	95 388,57	110 549,87
Estimativa de férias e subsidio de férias	293 540,60	314 492,96
Fundo socorro social	4 434,82	9 096,39
Outros devedores e credores	21 475,12	54 255,78
Total	416 050,08	508 674,25

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não existem movimentos associados a esta rubrica.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	2017	2016
Serviços especializados	310 804,24	251 938,98
Materiais	47 444,37	29 445,63
Energia e fluidos	161 729,94	167 056,11
Deslocações, estadas e transportes	4 428,81	4 413,25
Serviços diversos	100 864,28	110 919,89
Total	625 271,64	563 773,86

17.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	44 974,68	1 229,39
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	1,19
Rendimentos e ganhos em investimentos	33 030,40	77 638,15
Outros rendimentos e ganhos	103 148,00	117 370,56
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	326,43
Total	181 153,08	196 565,72

17.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

	2017	2016
Impostos	3 630,77	96 416,96
Gastos c/ apoios financeiros concedidos a associados e utentes	108 253,29	67 170,91
Outros gastos e perdas	4 390,20	11 771,55
Total	116 274,26	175 359,42

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	101 183,66	120 740,38
Juros de financiamentos obtidos	75 026,69	106 933,49
Juros de Mora e Compensatórios	26 156,97	13 806,89
Outros juros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	101 183,66	120 740,38
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-101 183,66	-120 740,38

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

O empréstimo contratualizado com o Banco BPI tem associada uma hipoteca genérica do direito de superfície do terreno e edificações onde se encontra instalado o Centro Dr. José de Azeredo Perdigão (anteriormente designadas “Casas da Granja”). A recente avaliação estabeleceu um valor de 2.810.000 euros (dois milhões oitocentos e dez mil euros) a este imóvel, sendo que não está incluído neste valor do 3º piso do edifício onde funciona o lar residencial e a creche.

Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pelos associados em Assembleia Geral a realizar em 26 de Abril de 2018.

A Direção

O Contabilista Certificado